



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de S. Exa. a Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares
Dr. João Bezerra da Silva
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
194	11-04-2022	Nº: 2434/2022 ENT.: 2095/2022 PROC. Nº: 01/2022	08-06«7-2022

ASSUNTO: Pergunta n.º 17/XV/ 1.^a - Estado das Telecomunicações no Interior do País

Na sequência do Ofício acima identificado, e em resposta à pergunta n.º 17/XV (1.^a) formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro das Infraestruturas e da Habitação de, relativamente às questões colocadas, enviar a seguinte informação:

- O Plano de Ação para a Transição Digital, aprovado pelo Governo em abril de 2020, determina um conjunto de condições de base, designadamente no âmbito da conectividade e das infraestruturas, cuja implementação facilita e potencia o sucesso de todas as medidas do Plano, contribuindo para a criação de uma verdadeira sociedade digital.
- Um dos eixos principais do plano para garantir o acesso generalizado às telecomunicações nas áreas rurais a breve trecho é precisamente prosseguir com as ações necessárias para proceder ao lançamento de procedimentos de contratação pública para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada nas áreas geográficas onde se verifique a inexistência de tais redes (“áreas brancas”).
- É, assim, intenção do Governo prosseguir rapidamente com a estratégia de cobertura para as “áreas brancas”, com baixa densidade populacional e desafios de viabilidade económica, que depende, parcialmente, de investimento público, incluindo fundos da União Europeia. Neste sentido, o Governo encontra-se a desenvolver os esforços necessários para criar as condições, também juntamente com as autarquias locais, para incentivar o investimento privado nos territórios de baixa densidade.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DAS
INFRAESTRUTURAS E DA HABITAÇÃO

- Em concreto, e entre outros, o Governo encontra-se a desenvolver um conjunto de ações inseridas no âmbito da caixa de ferramentas de conectividade¹ com o objetivo de reduzir os custos de implementação de redes de capacidade muito elevada, fixas e móveis, e melhorar assim as condições de atratividade para o investimento privado.
- É também expectativa do Governo que o cumprimento das obrigações de cobertura resultantes do “Leilão 5G e outras faixas relevantes”, por parte dos operadores de comunicações eletrónicas, venha a contribuir em grande medida para solucionar os problemas de cobertura das redes móveis, designadamente em zonas do interior do país ou predominantemente rurais.
- A estratégia de cobertura das “áreas brancas” - cujo processo de definição já está em curso - irá procurar estabelecer um modelo de equilíbrio de cobertura entre a rede móvel e a rede fixa, podendo recorrer a quaisquer tecnologias disponíveis, permitindo que vários operadores possam vir a disponibilizar, em concorrência, os seus serviços aos utilizadores. Tal neutralidade tecnológica não prejudica, no entanto, os utilizadores, uma vez que se visa que as redes assegurem um débito mínimo por acesso, no sentido descendente, de 1 Gbps.
- Em cumprimento do despacho do governo a ANACOM, no quadro das suas atribuições de coadjuvação ao Governo, disponibilizou no seu sítio na Internet, a 6 de janeiro de 2022, um mapa interativo com a identificação das “áreas brancas” (i.e., áreas em que não existe cobertura de redes de capacidade muito elevada).

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Maria Antónia Barbosa de Araújo)

¹ Vide Recomendação (UE) 2020/1307 da Comissão, de 18 de setembro de 2020, relativa a um conjunto de instrumentos comuns a nível da União destinados a reduzir o custo da implantação de redes de capacidade muito elevada e a assegurar um acesso ao espetro de radiofrequências 5G atempado e favorável ao investimento, a fim de promover a conectividade e de a colocar ao serviço da retoma económica da União após a crise da COVID-19.